

POLÍTICAS DE INCLUSÃO: PENSANDO AS COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

SOUSA, Elizenda Sobreira Carvalho de,
HONORATO, Rafael Ferreira de Souza

Resumo: O presente artigo trata de uma pesquisa de opinião realizada no período 2013.1 na rede social (*facebook*), envolvendo os Grupos de Estudos: UFPB; Centro de Educação; Pedagogia 2012.1; posta também no *feed* de notícias, (mural) e *chat* do nossa página pessoal. Tem como objetivo geral analisar a representação social da referida política para pessoas cotistas ou não, a partir do entendimento de Durkheim (2004) e Moscovici (2004) e como objetivos específicos observar como as cotas estão sendo vistas frente à possibilidade de preconceito e a partir deste ou não como as cotas podem ser classificadas. Trata-se de uma pesquisa etnográfica, significativa para a investigação e observação dos sujeitos em seu processo de percepções, comportamentos e conhecimentos que circulam no *facebook*. Buscamos saber, de acordo com suas ideias, palavras e expressões, o que pensam sobre “*Pessoas negras devem ter Cotas para entrar na Universidade Pública? SIM ou NÃO. Por quê? Cite duas palavras que para você representa as Cotas Raciais no Vestibular das Universidades Públicas*”. Como conclusão, as cotas raciais nas Universidades Públicas foram definidas pelos entrevistados de forma equilibrada, ou seja, para os respondentes que se posicionaram contra, as cotas raciais foram vistas como uma forma de discriminação e preconceito e para os que se posicionaram a favor, como uma ação afirmativa elaborada para reparar as injustiças sociais.

Palavras – chave: Reparação. Discriminação. Preconceito. Educação.

Abstract: The present article deals with an opinion survey conducted in the period in 2013.1 in the social network (*facebook*), involving the Study Groups: UFPB ; Education Center ; Pedagogy 2012.1; also put the news feed (*wall*) and of chat our homepage. Has as its main objective, to analyze the social representation of the referred policy for people shareholders or not , from the understanding of Durkheim (2004) and Moscovici (2004) and as specific objectives, to observe how the quotas are being looked forward to the possibility of prejudice and from this or not as the quotas can be classified . This is an ethnographic study, significant to the research and observation of the subjects in their process of perceptions, behaviors and knowledge circulating on *facebook* . We seek to know, according to their ideas, words and expressions, what they think about : “Black people should have quotas to enter the Public University? YES or NO. Why? Metion two words that, for you, represents the Racial Quotas in the Vestibular of Public Universities.” As a conclusion, racial quotas in public universities were defined by respondents, in a balanced manner , in other words, for respondents who were against, racial quotas were seen as a form of discrimination and prejudice, and to those who came out in favor, as an affirmative action designed to remedy social injustices.

Keywords: Repair. Discrimination. Prejudice. Education.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma reflexão sobre uma recente pesquisa de opinião realizada virtualmente pela autora, professora mediadora a distância da Ufpb Virtual, com os sujeitos, entre usuários da rede social *facebook*, e integrantes dos grupos fechados Ufpb; Centro de Educação; Pedagogia 2011.1 Tarde; *feed* de notícias, (mural) e *chat*, que se dispuseram a responder aos questionamentos, com o objetivo único de coletar alguns dados para registrar o que eles pensam ou imaginam de acordo com suas ideias, palavras ou expressões, sobre “*Pessoas negras devem ter Cotas para entrar na Universidade Pública? SIM ou NÃO. Por quê? Cite duas palavras que para você representa as Cotas Raciais no Vestibular das Universidades Públicas*”. Buscou-se chegar a uma representação social das políticas de cotas para o ingresso de pessoas negras nas Universidades Públicas, com base em pesquisa cujas respostas eram livres, sem previsão de acerto ou erro. Para isso, foi solicitado que cada entrevistado respondesse ao questionamento proposto na enquete posta na rede *facebook* e citasse 02 (duas) palavras ou expressões que lhe viessem à mente sobre as referidas cotas e respondesse à seguinte pergunta: “o que você acha de cotas para negros no Vestibular das Universidades Públicas?” de acordo com suas concepções, ideias e representações.

Para o sociólogo francês Emile Durkheim, as representações coletivas são aquelas que se referem à categoria de pensamentos através dos quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Para o autor citado, não existem “representações falsas”, pois

“as representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos” (1978, p.79).

Segundo o autor, quando os indivíduos estão diante de uma nova informação, buscam torná-la familiar ao grupo ao qual pertencem ou ao conjunto de indivíduos que mantêm determinada relação com o objeto de representação.

A Teoria das Representações Sociais (RS), conforme entendidas por Moscovici (2007), funcionam, neste estudo, como uma importante direção para se apreenderem as elaborações mentais do grupo de sujeitos pesquisados sobre a concepção que possuem acerca das cotas no Vestibular das Universidades Públicas. No presente trabalho, essa teoria foi preponderante para a apreensão das concepções, ações e comportamentos de determinados grupos sociais refletidos nas respostas dadas pelos entrevistados. Moscovici (2007) apresenta

a Psicologia Social como uma ciência que estuda como e por que razão as pessoas partilham conhecimentos e, dessa maneira, constituem sua realidade comum. Dessa forma, as representações sociais, segundo Moscovici (2007), não são criadas isoladamente por um indivíduo; pessoas e grupos criam representações no discurso de comunicação e de cooperação.

Por outro viés, o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); a estruturação do ciberespaço, da qual a internet faz parte, as noções de tempo e espaço não coincidem com o espaço físico, e a interação é mediatizada por algum veículo técnico de comunicação, (telefone, *email*, redes digitais, blogs, rádio, televisão, imprensa, texto eletrônico, hipertexto, fórum, *chat*) em ambientes de intensa interação e interatividade, possibilitando aos participantes agir coletivamente, participar e compartilhar suas experiências, contribuindo para repensar a educação como projeto e processo humanos, histórica e politicamente definidos na cultura das diferentes sociedades. Para (LEVY, 1998) esse espaço do saber é bem específico e se reorganiza, hierarquiza e se desenvolve pelos intelectuais coletivos que o desenvolvem, é por intermédio dos mundos virtuais que além de trocar informações podemos por em sintonia nossas memórias e projetos para produzir um cérebro cooperativo, num “estar junto virtual” conforme assertiva de Valente (2001).

As redes sociais em especial *facebook* como fonte de informações e contatos, amplia o universo social e de conhecimento, podem operar em diferentes níveis, e esmiuçar esse campo de pesquisa, descrever e analisar a complexidade dos conceitos e práticas considerando o ciberespaço como espaço sócio-cultural é oferecer reflexões relevantes e contribuições para novos conhecimentos, como afirma Hine (2005) e Kozinets (2002).

O pesquisador quando vestido de netnógrafo, se engaja e se transforma num experimentador do objeto e campo de pesquisa. (KOZINETTS, 2002). Em outra vertente, as representações sociais são definidas como “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, p. 219, 2008). Assim, as respostas para consolidação dessa pesquisa serão encontradas a partir dos estudos realizados por Hine (2005) e Kozinets (2002), com base na metodologia etnográfica digital ou netnografia, convergindo ou recebendo as influências de outros métodos e técnicas que se fizer necessário a exemplo da teoria das representações sociais de Serge Moscovici (1978) e Análise de Conteúdo de Bardin.(2010).

2. COTAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO VESTIBULAR DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Sabemos que educar para o desenvolvimento humano e exercício da cidadania é preocupação de todo educador consciente de seu papel numa sociedade capitalista, excludente e seletiva, na qual as representações sociais colocadas ainda são preconceituosas. Desse modo, educar levando em consideração as diferenças e desigualdades sociais exige um repensar coletivo de todos nós educadores.

Vale ressaltar que vários estudos produzidos ao longo das últimas décadas atestam uma profunda desigualdade entre as pessoas brancas e negras. Para Mirian Aquino (2011, p.45), as desigualdades sociais afetam diretamente a população negra, impedindo a sua participação mais efetiva nos diversos setores da sociedade e não se resumem exclusivamente às condições socioeconômicas e à territorialidade, mas também podem ser percebidas, principalmente, no que se refere à participação de negros(as) no mundo do trabalho em que os rendimentos salariais, quando comparados com o que ganham os(as) brancos(as), revelam-se mais inferiores.

Nesse contexto, algumas alternativas são propostas com o objetivo de minimizar as desigualdades existentes nas diversas classes sociais. Dessa forma, com a justificativa de que certos grupos, em razão de um processo histórico, foram injustiçados, teriam maiores dificuldades para o mercado de trabalho atual por serem vítimas de discriminações em suas interações com a sociedade, uma das alternativas propostas pela atual política é o sistema de cotas, utilizado como uma estratégia de correção de desigualdades e pressupondo acelerar um processo de inclusão social dos grupos que estão à margem da sociedade, ou seja, negros, deficientes, indígenas, na procura de remover as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido mais pleno.

O sistema de cotas foi criado para acelerar o processo de inclusão social do negro no ensino superior, na tentativa de maximizar as chances de igualdade em relação a outros grupos privilegiados tanto socialmente como economicamente, principalmente para aqueles que foram vítimas de discriminação e de exclusão. Kabengele Munanga (1996) considera o sistema de cotas raciais um mecanismo de mudança para reverter o processo de exclusão dos negros(as) no acesso à educação. Nesse sentido, além da implementação das cotas, urge as *Ações Afirmativas* ou reparadoras, cujas características podem muito bem ser observadas na definição abaixo,

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (NEGRA VOZ, 2003, p.5).

Como se observa na definição apresentada, a política de cotas é uma ação afirmativa que tem como objetivo ampliar o acesso de minorias a todos os setores sociais, para que estas saiam do patamar de desvantagem e passem a ocupar ou alcançar um patamar de igualdade em relação a outros grupos privilegiados e que não foram vítimas de discriminação. Ainda podemos afirmar que uma ação afirmativa é um conjunto de ações privadas e/ou políticas públicas que tem como objetivo reparar os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas pertencentes a diversos grupos sociais às mais diferentes oportunidades.

3. REPRESENTAÇÕES DAS COTAS RACIAIS NO VESTIBULAR DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA CONCEPÇÃO DOS SUJEITOS PESQUISADOS

As ações afirmativas que garantem vagas para negros e pardos nas Universidades Públicas vêm gerando polêmica e opiniões diversas em toda a sociedade: uns argumentam contra, outros argumentam a favor. Se, por um lado, existe uma corrente a favor por achar ser uma forma de diminuir as desigualdades entre negros e brancos, por outro lado, outros se sentem prejudicados por terem suas chances de passar no Vestibular diminuídas, e pagar por uma política que não venha sanar o problema existente e, também, que não inclua todos de forma igualitária.

Os procedimentos metodológicos para a presente pesquisa estiveram orientados para um estudo descritivo e exploratório em que a pesquisadora, inicialmente, utilizou-se de um questionário elaborado para obter respostas às seguintes questões: (1) Cite 02 (duas) palavras ou expressões que lhe vêm à mente sobre “*Cotas para negros no Vestibular das Universidades Públicas*”; (2) O que você acha de “*Cotas para Negros no Vestibular das Universidades Públicas*”?

Conhecidas as respostas dos entrevistados, estas passaram a constituir indicadores importantes para a criação de categorias que vão sendo criadas à medida que surgem as respostas; ao mesmo tempo, essas respostas são quantificadas de acordo com as palavras mais

evocadas ou mais frequentemente apresentadas, para serem posteriormente interpretadas e categorizadas. Para Bardin (1997), esse critério de categorização pode ser semântico ou de categorias temáticas e, ainda, exige um contexto para serem compreendidas em seu verdadeiro significado. Seguindo tal orientação metodológica, foram elaboradas as tabelas mostradas a seguir, as quais explicam as categorias criadas, bem como alguns indicadores ilustrativos para finalmente se chegar a uma síntese representativa das cotas no Vestibular das universidades públicas na opinião daqueles que se dispuseram a responder os questionamentos acima referidos. Pretende-se, assim, colaborar e expor suas concepções das Cotas Raciais no Vestibular das Universidades Públicas.

Para uma melhor visualização, seguem abaixo as tabelas que explicam as categorias criadas e alguns de seus indicadores ilustrativos.

Tabela 1: Distribuições das concepções das cotas raciais para a categoria “discriminação”

<i>CONCEPÇÕES DAS COTAS RACIAIS</i>	N.º
<p>Relacionadas à discriminação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sou completamente contra! (...) acho até uma forma de discriminação, pois, de certa forma, "desqualifica o negro/indígena/etc", atestando que o próprio não tem a mesma capacidade que os brancos; ▪ Não concordo, negro tem potencial e isso é uma discriminação; ▪ Não concordo, ser negro não quer dizer que não tenha capacidade; ▪ No Brasil ainda é necessário, uma vez que sabemos da discriminação não só racial, mas econômica e social; ▪ Discriminação, pobreza e minoria eis algumas palavras para representação das cotas; ▪ A capacidade do ser não está ligada a cor da pele mas ao esforço diário estudado de cada pessoa. Daqui a pouco vai ter cotas para homossexuais, policiais, professor, médico, drogado,...e daí...Quem estudou pra passar e não estiver inserido nas cotas vai ter menos chance... A Cota já é uma discriminação; ▪ Não concordo, negro tem potencial e isso é uma discriminação; ▪ Discriminatórias, não apaga a mácula da insensatez, ferida exposta; ▪ No Brasil ainda é necessário, uma vez que sabemos da discriminação não só racial, mas, econômica e social; ▪ Não, pois a discriminação étnico racial começa ai neste momento; ▪ Eu discordo das cotas porque acho que é uma forma de reforçar todo e qualquer ato discriminatório; ▪ Não, por que é uma forma de discriminação para com as pessoas negras; ▪ Não. Discriminação, direito de todos; ▪ Acredito que isto está reforçando ainda mais a discriminação racial, por tratar-se de ser humano. Não importa a crença ou a cor, o que importa é o reconhecimento dos direitos iguais para todos. Por isso a minha resposta é NÃO; ▪ Questão da meritocracia, que é a obtenção de algo por merecimento pessoal e a outra a inconstitucionalidade de estabelecer qualquer tipo de discriminação positiva que fere o princípio da igualdade; ▪ Acho que cotas para negros ressaltam o racismo e a discriminação e tratam-nos com paternalismo. 	16

Analisando a Tabela 1 acima, os respondentes definiram as Cotas Raciais como um indicativo discriminatório. Para entender o real significado de discriminação racial, vale ressaltar a afirmativa da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968). Para os fins dessa Convenção, a expressão "discriminação racial" significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

É nesse contexto que cabe ênfase à importância desse documento para a compreensão das chamadas medidas reparadoras, da elaboração de uma pedagogia antirracista e antidiscriminatória, da implementação de políticas de ação afirmativa como um instrumento para combater a discriminação, desigualdade racial e para a construção de uma identidade negra; para, como bem afirma Munanga (1986), “assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer de cabeça erguida: sou negro”.

Tabela 2: Distribuições das concepções das cotas raciais para categoria “preconceito”

CONCEPÇÕES DAS COTAS RACIAIS	N.º
<p>Relacionadas a preconceito</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazemos menção ao preconceito contido em sala de aula ao aluno negro, onde na maioria dos casos o professor não está preparado para lidar com tal situação. Enfim, ainda é pouco a parte destinada aos negros, a grande porcentagem das cotas "pelo menos na ufpb" são cotas sociais, ou seja, as pessoas financeiramente desfavorecidas; ▪ Sou favorável (...) as cotas raciais não são para que o negro, índio ou qualquer outra etnia tenha possibilidade de crescer, mais sim para colocar dentro do convívio das pessoas de maior poder aquisitivo, grupos humanos de diferentes etnias, na tentativa de assim diminuir consideravelmente o pré-conceito; ▪ Incentivo à segregação ainda mais !!! Dizem que querem acabar com o preconceito, com uma forma de preconceito; ▪ Totalmente a favor, sou pardo e já sofri preconceito por isto. Desde que comecei a estudar, sempre estudei em escola pública, a maioria das pessoas que formavam a turma eram negras ou pardas. E eu sempre presenciei um preconceito implícito (ou não) por muitos em relação a estes, principalmente os negros; ▪ Criar uma cota pra cor por se só é um preconceito; ▪ Mas as cotas raciais, para os negros, é um avanço destes mesmos na sociedade. Hoje em dia, mesmo com o preconceito mantido por muitos, eles estão conseguindo um espaço que já deveria ser deles a muito tempo. E ainda é muito pouco!; ▪ (...) a maioria das pessoas afirmavam que tem capacidade de entrarem sem a cota e que isso é até um preconceito; ▪ Não. As cotas só reforçam o preconceito racial; 	12

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não. Essas cotas, tanto as raciais quanto as cotas para alunos da escola pública irão causar um grande preconceito; ▪ Não. Porque diante das legislações a educação deve ser concedida a todos sem distinção de cor, raça ou classe social. (Preconceito e Desigualdade); ▪ Não, pois este modelo de política social afirmativa para diminuir a diferença entre brancos e negros poderá gerar diversos tipos de discriminações e preconceitos, assim como beneficiar uns em prejuízo de outros, utilizando critérios absolutamente injustos e inconstitucionais; ▪ Não. Porque no mundo de hoje vivendo combatendo o preconceito e esse lance de cota pra mim é puro preconceito; ▪ Hoje em dia, mesmo com o preconceito mantido por muitos, eles estão conseguindo um espaço que já deveria ser deles a muito tempo. É ainda é muito pouco. 	
--	--

Analisando a Tabela 2 e considerando que boa parte dos entrevistados acima definiu as cotas raciais como um indicativo de preconceito, cabe enfatizar que, na escola e na sociedade, o preconceito racial precisa ser combatido. Daí, surge a necessidade de uma educação antirracista na escola, com discussões sobre racismo, relações étnico-raciais, diversidade racial, social e cultural, conhecimento e debate acerca da Lei nº 10.639/03, no combate ao preconceito racial na escola, para um maior entendimento dos jovens sobre a importância dos negros na formação do nosso país, a fim de que se demonstre ser possível conviver socialmente sem discriminação, racismo e preconceito.

Tabela 3: Distribuições das concepções das cotas raciais para categoria “direito”

CONCEPÇÕES DAS COTAS RACIAIS	N.º
<p>Relacionadas à justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O negro também tem seus direitos, todos nós somos iguais; ▪ Não concordo. Acredito que todos os povos e raças tem direitos iguais. Palavras como autonomia, capacidade, qualidade de ensino é o que todos nós podemos conquistar; ▪ Não, porque todos deveríamos ter o mesmos direitos, independentes de raça, classe social; ▪ Sim, pois do jeito que nossa sociedade é racista, sem as leis estas pessoas não teriam o menor direito assegurado na sociedade; ▪ Os Direitos devem iguais conforme a constituição federal no seu artigo 5º; ▪ Não, pra mim é racismo, os direitos são iguais. 	06

Analisando a Tabela 3 e considerando que boa parte dos entrevistados declarou as cotas raciais como um indicativo de fazer justiça, constata-se a importância de implementar e validar a política de cotas, assim como se verifica a pertinência das ações afirmativas como instrumento de equidade e justiça social, como bem referencia Rawls (2000), que na justiça

com equidade, a sociedade é interpretada como um empreendimento cooperativo para a vantagem de todos.

Tabela 4: Distribuições das concepções das cotas raciais para “igualdade”

<i>CONCEPÇÕES DAS COTAS RACIAIS</i>	N.º
<p>Relacionadas à igualdade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Houveram anos de estudos, relatos, pesquisas, protestos de movimentos negro e social afim de que o negro pudesse ocupar bons cargos, que só viriam através de uma boa formação. Eles tiveram suas chances cortadas diante do preconceito e desigualdade; ▪ Não. Critério para concurso, seja ele qual for, é conhecimento e aprendizado, pois estamos tratando de futuros profissionais. Se existir ensino de qualidade, seja ele público ou privado, não haverá necessidade de nenhum tipo de cotas, pois os melhores, com certeza, serão selecionados. Igualdade-conhecimento; ▪ Não. Educação é para todos e igualdade também não é a cor da pele que determina o potencial da pessoa; ▪ Não. Não posso ser a favor de uma medida que exclui um série de pessoas pela cor de pele, já que segundo a nossa constituição "todos somos iguais perante a lei". Vendo por esse ângulo, as cotas raciais são preconceituosas e racistas e o pior inconstitucionais. Eu sou a favor de cotas sociais, já que nem todos tem os mesmos recursos \$\$, e oportunidades para entrar em uma universidade; ▪ Não. Porque elas tem os mesmos direitos que nós. O que diferencia apenas é a cor da pele e isto não é motivo para existir cotas; ▪ Não. Negros são tão capazes quanto brancos de ingressar em uma universidade. Essas cotas os faz parecer inferiores. Igualdade; ▪ Não, Se eles lutaram por igualdade, e tem todos os direitos como qualquer cidadão, então não vejo motivos para privilégio; ▪ Não, é como está na lei "somos iguais perante a lei" se somos iguais, não deveria existir cotas porque todos nós temos a capacidade intelectual de ingressar em uma faculdade. 	08

Fazendo uma breve análise da Tabela 4 e considerando que a maioria dos entrevistados demonstrou sua repelência a qualquer forma de discriminação e enfatizou o direito de igualdade para todos, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, prevê o princípio constitucional da igualdade. Diz o referido dispositivo da Carta Magna que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”, mas o sistema de cotas vem como uma forma de minimizar os danos causados aos negros no Brasil. Isso porque muitos negros sofreram desde os primórdios da história com exclusão, preconceito, falta de oportunidades e acesso ao ensino fundamental de qualidade e, conseqüentemente, ao ensino superior; tem-se nas cotas, então, o poder de compensar séculos de discriminação e injustiças sociais, abrindo uma oportunidade para tratar os desiguais na medida de sua desigualdade.

No contexto da atual sociedade, é importante termos uma visão dialética de igualdade e diferença, uma vez que o objetivo maior do nosso trabalho é lutar contra as formas de desigualdades presentes na nossa sociedade, pela igualdade e reconhecimento das diferenças que devem ser reconhecidas como elementos essenciais de construção da igualdade. Lembrando as palavras de Boaventura de Sousa Santos, “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, o direito a ser diferente quando a igualdade os descaracteriza”.

Tabela 5: Distribuições das concepções das cotas raciais para “desigualdade”

<i>CONCEPÇÕES DAS COTAS RACIAIS</i>	N.º
<p>Relacionadas à desigualdade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Porque historicamente a população brasileira colocou o negro em um lugar de "marginalização". E para promover a justiça social, promovendo a igualdade de oportunidades, já que se você for estudar, vai perceber que as estatísticas revelam a desigualdade causada pelo fato "raça" no acesso ao ensino superior. ▪ A desigualdade ainda prevalecerá em altos patamares enquanto pensarmos utopicamente e usarmos os mesmos argumentos que as cotas não deveriam existir; ▪ A sociedade precisa urgentemente suprir a desigualdade social existente na mesma, mesmo que minimamente; ▪ As cotas contribuem para suprir minimamente esta desigualdade para o ingresso destes alunos, inegavelmente. (...). Até porque defendo principalmente os milhares de alunos que ainda estão tentando ingressar num ensino superior público. Só sabe como a cota e a educação pública atua na realidade quem pertence a mesma!; ▪ Negro não significa ser desigual, a cor negra não é sinônimo de falta de inteligência, mesmo porque alguns se acham mais inteligentes do que os brancos; ▪ Na minha opinião não deveria haver cotas. (...) ocorre que, a cor da pele não se concretiza apenas como razão para determinar a desigualdade; ▪ Em um país como o nosso, imenso, onde as desigualdades perpassam a racionalidade (...) não acho correto, o que eu creio é que deveria haver um planejamento fundamentado em nossas realidades e todos com certeza teriam suas chances independente de credo, raça ou qualquer outro contexto; ▪ Não, as cotas simplesmente para negros não implicam em uma ação afirmativa correta e promovem desigualdades e distorções. 	08

Analisando a Tabela 5 percebe-se que alguns respondentes argumentam que as cotas são um meio de minimizar as desigualdades, enquanto que outros enfatizam a desigualdade de direitos. Para Gomes (1995), “a escola é vista como o lugar onde as diferenças acontecem e não são respeitadas”; na perspectiva deste estudo, e corroborando as ideias do autor, a escola é entendida como espaço democrático, e não como meio de veicular representações negativas em relação ao negro. Deveria a escola propiciar um ambiente de

respeito e valorização à diversidade negra e, assim, contribuir para a desconstrução das discriminações e do racismo nas escolas.

Essa discussão também traz à tona uma importante reflexão sobre o principal motivo da desigualdade no Brasil: a necessidade de maior discussão sobre investimento na educação básica, qualidade do ensino, valorização da classe docente, melhores condições de trabalho do professor e seu reconhecimento profissional e ações efetivas que garantam a inserção permanente dos negros na formação superior e acesso ao conhecimento. Dessa forma, o sistema de cotas promove à população negra, mesmo que em longo prazo, oportunidade de acesso à educação e à promoção da inclusão. Nas palavras de Guimarães (2004, p. 18),

chama-se ainda de racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente através de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia, etc.

Por outro viés, o termo inclusão é apreendido com o significado de enxergar o outro e não a sua diferença. É, também, uma mudança na forma de tratar as pessoas, respeitando as diferenças e particularidades de cada ser humano, seja ele branco, negro, índio, amarelo. A inclusão busca, pois, remover as barreiras impostas pela exclusão em seu mais profundo sentido, seja ele moral, físico, social ou intelectual.

Cada tabela apresentada nesta investigação demonstra, da forma mais fiel possível, as falas e declarações apanhadas na pesquisa. Contudo, há tabelas com menor número de participantes, em razão da exiguidade do tempo para realização deste estudo. Embora alguns números sejam considerados inexpressivos, acreditamos que eles revelam itens importantes na concepção de cada respondente.

Tabela 6: Distribuições das concepções das cotas raciais para “educação”

<i>CONCEPÇÕES DAS COTAS RACIAIS</i>	N.º
<p>Relacionadas à educação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ (...) eu sou a favor de uma educação pública de qualidade, já que a maioria dos negros são de classe baixa e frequentam as escolas públicas; ▪ Cotas raciais? Absurdo e preconceito. O que deve ser feito no Brasil é uma reforma educacional, não um mero paliativo. Eu não acho digno haver cotas de nenhuma maneira, a educação deve ser a mesma nas escolas particulares e públicas, e não algo que apenas prepare o aluno para o Vestibular/ENEM, mas uma formação de cidadãos politizados; ▪ No lugar de cotas, melhoria da educação assim não precisaria de cotas, onde muitos que entram por meio delas têm vergonha até de falar que entrou assim; ▪ As cotas raciais não melhoram em nada a educação no país, apenas mudam o perfil do 	14

<p>universitário que vai ingressar na universidade pública.;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acredito que, ou tento acreditar, que as cotas são passageiras e a educação irá melhorar, mas enquanto não, não sou hipócrita ao ponto de falar que não são necessárias.; ▪ Sou a favor da educação igual para todos, que é diferente de educação para todos; ▪ Na realidade se houvesse investimento em educação por parte do governo não deveria existir cotas; ▪ Não concordo, o que é preciso é um ensino de qualidade, onde todos possam ter a capacidade de desenvolverem autonomia intelectual por que todos temos capacidade de aprender e conhecer; ▪ Não. As cotas raciais só farão com que aumente ainda mais o preconceito. O governo em vez de estar fazendo cotas, deveria melhorar a qualidade do ensino público, capacitando as pessoas com menos condições econômicas e aumentar o número de vagas das Universidades Federais. Os negros não são nem mais, nem menos capazes e inteligentes que os brancos, são iguais; ▪ Não. A União deve Aumentar os Investimentos para Educação Pública e Valorização do Magistério de forma prática e real, com fiscalização mais dura, iniciada desde a sua origem até a chegada e, assim, garantir a Qualidade Educacional de seu povo; ▪ Não. O Governo deve se preocupar em oferecer um ensino público de qualidade para todos; ▪ Não. Escola de qualidade e compromisso, todas as pessoas são capazes de aprender, independente de etnia, raça, religião, gênero etc.; ▪ No lugar de cotas, melhoria da educação, assim não precisaríamos de cotas, onde muitos que entram por meio delas, têm vergonha até de falar que entrou assim; ▪ Sou a favor da educação igual para todos, que é diferente de educação para todos. 	
---	--

Segundo o site da Enciclopédia e Dicionário Porto Editora – Infopédia, segregação social diz respeito a

Separação geográfica de grupos em razão da sua raça, etnia, religião ou qualquer outra categoria que arbitrariamente é utilizada como motivo de discriminação espacial dos seus membros. A segregação pressupõe um desequilíbrio de forças entre o grupo segregado e os autores da segregação. O grupo mais fraco é, conforme os casos, obrigado, por exemplo, a residir em áreas específicas, a deslocar-se nos meios de transporte que lhe são destinados ou a frequentar determinadas escolas e locais públicos (como restaurantes, hotéis, praias, etc.). Historicamente encontram-se várias situações em que esta segregação esteve consagrada na lei, como foi o caso de numerosos estados dos EUA, até aos anos 50, ou o do apartheid, na África do Sul. Onde tem força de lei, a segregação comporta a privação total ou parcial de direitos políticos reconhecidos ao resto da população. Noutras situações, a segregação atua ainda que sem força de lei, encontrando-se exclusivamente motivos económicos e sociais na sua origem, como é o caso dos guetos.

Assim, observa-se nas falas dos entrevistados uma incitação a uma educação básica e pública de qualidade, não basta apenas garantir um percentual das vagas disponíveis no ensino superior é preciso oferecer educação de qualidade e possibilidade de um capital cultural amplo, a fim de possibilitar uma concorrência justa. Dividir ou segregar como os entrevistados entendem as cotas é mais um divisor de águas no que diz respeito as igualdades de direitos.

Lembre-mos que nessas escolas publicas encontram-se crianças brancas e pobres. Sendo assim segundo esses que deixam suas falas no quadro 6 as cotas não atendem as demandas que existem hoje no espalho geopolítico do país.

Tabela 7: Distribuições das concepções das cotas raciais para “reparação histórica”

CONCEPÇÕES DAS COTAS RACIAIS	N.º
<p>Relacionadas à reparação histórica</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reparação histórica e a exclusão que acentuasse no recorte étnico-racial; ▪ Reparação histórica e exclusão de oportunidades; ▪ Eu não acho interessante esse negócio de cotas (...) acredito que há outras formas mais inteligentes de fazer uma "reparação histórica" da raça negra; ▪ cotas são pra lá de necessárias, pois são ações afirmativas, ou seja, o objetivo é equiparar as condições para que um povo que foi historicamente segregado, possa apreciar o que sempre esteve nas mãos da casa grande; ▪ é uma tentativa do governo de 'indenizar' tal grupo étnico-social pelo aspecto histórico-social que o mesmo foi fruto; ▪ Concordo. Reparação histórica imediata, mas ainda não a ideal; Concordo. Foram sequestrados e aprisionados, forçados a viverem como bichos. Se os culpados não podem pagar pelos seus crimes, que pelo menos seja essa cota uma espécie de indenização; ▪ Sim, a política de cotas, enquanto iniciativa no campo das ações afirmativas, para além da reparação histórica das sequelas causadas por séculos de um sistema escravagista, representa instrumento de promoção social, de combate à desigualdade e equilíbrio na balança de oportunidades sociais e educacionais; ▪ Creio que a política de cotas não seja a melhor forma de corrigir erros históricos, mas digamos que é “um mal necessário”, pois essas desigualdades existem e infelizmente fazem parte do nosso cotidiano; ▪ Penso que esta lei tenha sido criada para minimizar as diferenças causadas pela história do povo negro. Temos uma constituição que diz que temos os mesmos direitos, sem distinção de raça, credo ou sexo. A única forma de seleção deveria ser a financeira visto que, as reais limitações de acesso são econômicas. Qualificar o ensino médio, a educação como um todo já é uma forma de inclusão para todos; ▪ Concordo. Reparação histórica imediata, mas ainda não a ideal; ▪ Reparo por toda uma história antecedente de sofrimento para com eles; ▪ Sim deveria, porque o Brasil tem uma dívida impagável com os negros, desde a escravidão, cota sim! ▪ Sim porque a população negra foi lesada historicamente em seus direitos sociais, por meio da escravidão; ▪ Pelo menos como ação emergencial, sim. Mas concomitantemente deve haver investimento para que não precise haver este tipo de distinção ao longo do tempo e ampliação do numero de vagas, para que todos em competência possam entrar na universidade; ▪ Sim, não é uma questão de capacidade mas sim uma questão etnológica, pois, a nossa sociedade tem uma dívida histórica para com os negros que até hoje são oprimidos, discriminados, na grande maioria são emergentes, permanecem sem acesso as escolas e as vezes deixam os estudos por sofrer preconceito; ▪ Concordo com as cotas das pessoas negras, indígenas, escola pública e baixa renda, porque fazem(fizeram) parte de um grupo de exclusão social há décadas (...) Infelizmente o nosso país tem que inserir o sistema de cotas para recuperar o tempo perdido de falta estrutura e reforma educacional da Educação Brasileira; ▪ SIM. Como reconhecimento e reafirmação das conquistas dos segmentos sociais por meio 	19

das políticas de inclusão e à promoção de novas formas de sociabilidade num universo identário tão diversificado;

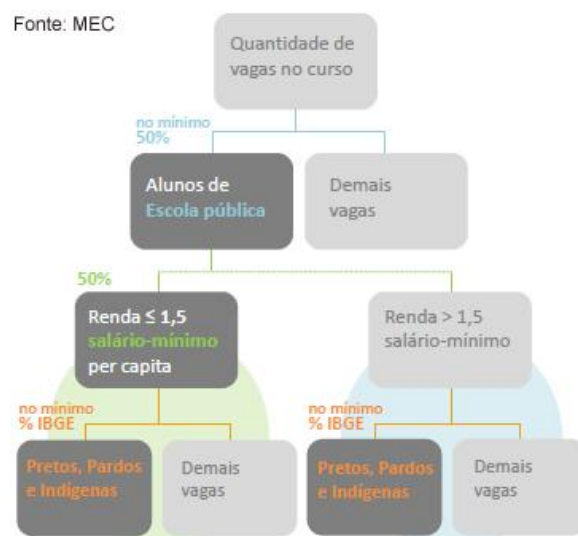
- Houveram anos de estudos, relatos, pesquisas, protestos de movimentos negro e social afim de que o negro pudesse ocupar bons cargos, que só viriam através de uma boa formação. Eles tiveram suas chances cortadas diante do preconceito e desigualdade racial inegável. As cotas vêm para retratar essa diferença e igualá-los socialmente e então quando essa diferença gritante baixar e nivelar-se com a dos brancos, as cotas raciais, já não serão mais necessárias!;
- Reparação histórica e exclusão de oportunidades.

Um das justificativas que fundamentarão a aprovação da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, segundo o *site* Vestibular Brasil Escola, é a de que

De acordo com a deputada Nice Lobão, o Brasil está longe de propiciar educação pública de qualidade. Na rede pública, passou a valer a regra em que *“os professores fingem que ensinam e os alunos fazem de conta que aprendem”*. Os estudantes de escolas públicas concluem o ensino médio sem condições de competir com os alunos de colégios particulares e, por isso, acabam desistindo de entrar na universidade ou ingressam em faculdades particulares. A deputada também criticou a qualidade das instituições de ensino superior privadas, *“cujo objetivo é a mercantilização do ensino, sem qualquer preocupação com a qualidade”*.

Observa-se que as cotas surgem a partir da ineficácia dos governos estabelecerem e alcançarem uma eficácia ou qualidade no sistema de ensino das redes públicas.

Para compreendermos como funciona o sistema calcula a disponibilidade das vagas de acordo com o total de vagas da instituição o MEC disponibiliza a seguinte ilustração.



Mediante o exposto é clara ainda que dentro das cotas raciais está estabelecido uma cota também para pessoas de baixa renda que é compreendido assim se sua renda está abaixo de 1,5 salários.

Todavia, o que não se entende é de que forma essa lei se estabelece como uma reparação? Se nem em seu texto é tratada como tal.

Tabela 8: Distribuições das concepções das cotas raciais para “capacidade”

<i>CONCEPÇÕES DAS COTAS RACIAIS</i>	N.º
<p>Relacionadas à capacidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sou totalmente contra as cotas raciais. A capacidade não é definida pela cor da pele; Por acaso a capacidade deles é inferior a dos brancos ? ▪ Eu sou contra porque é uma maneira de aumentar o preconceito. Cor da pele não define inteligência ou capacidade de se dar bem em concursos públicos; ▪ Capacidade, dedicação, força de vontade... Isso sim, define se uma pessoa merece ou não ocupar uma vaga em uma Universidade. Raça é uma só. Todo mundo gente; ▪ É como se nós negros não fossemos capazes de passar em um vestibular sem levar em conta a cor da pele; ▪ Todos tem capacidade, independentemente da dor, pois a gente pensa com o cérebro e não com a pigmentação da pele; ▪ Não concordo. O cérebro não tem cor, a capacidade não tem cor, faixa etária, nem limites; ▪ Não. Porque esta é uma medida que também se configura numa proposta racista. Na minha opinião, brancos, negros, pardos, índios, amarelos, todos são gente e possuem as mesmas capacidades de aprendizagem; ▪ Não concordo, ser negro não quer dizer que não tenha capacidade; ▪ Não concordo, negros são tão capazes em conquistar com grande mérito uma vaga na universidade, como brancos ou outros; ▪ Não concordo, o que é preciso é um ensino de qualidade, onde todos possam ter a capacidade de desenvolver autonomia intelectual por que todos temos capacidade de aprender e conhecer; ▪ Não concordo (...) a capacidade do ser não está ligada a cor da pele mas ao esforço diário estudado de cada pessoa. (...) a cota já é uma discriminação; ▪ Todo ser humano tem capacidades intelectuais iguais nas suas diferenças, independente de sua raça/cor; ▪ Não concordo porque eu acho que a cor da pele não representa capacidade intelectual ou falta de oportunidade; ▪ Não! Negro, branco, mulato, pardo... não difere a inteligência e capacidade de ninguém, todos são capazes, independentes de cor ou raça; ▪ O estudante entra na universidade, pela capacidade que tem e não por cota. O QI de cada pessoa, não depende de cor nem raça; ▪ Não concordo, negros são tão capazes em conquistar com grande mérito uma vaga na universidade, como brancos ou outros; ▪ As pessoas devem entrar na Universidade pela capacidade e não pela cor; ▪ Todos tem capacidade, independentemente da cor, pois a gente pensa com o cérebro e não com a pigmentação da pele. 	18

A revista Superinteressante de dezembro de 2007, através da pessoa de Daniel Schneider que escreveu o artigo Brancos são mais inteligentes que negros?, trata a questão exposta pelos entrevistados do quadro 7, dizendo:

[...] Essa polêmica foi requeitada com a declaração do biólogo americano James Watson, co-descobridor da estrutura do DNA e vencedor do Nobel de Medicina em 1962. Em outubro, Watson disse ao jornal britânico The Sunday Times que estava preocupado com o futuro da África, afirmando que “todos os testes de inteligência” negam a ideia de igualdade intelectual entre brancos e negros. Depois, o próprio cientista se desculpou, explicando que a ideia de superioridade branca não tem comprovação científica. Nisso ele acertou. Primeiro, porque a única coisa que pessoas da mesma cor de pele compartilham é a... cor da pele. Segundo, porque não há “o” gene da inteligência – na verdade, milhares deles interferem na formação da capacidade intelectual. E, terceiro, porque “não há nenhuma relação entre os genes responsáveis pela pigmentação da pele e os que formam o sistema nervoso central”, diz o médico-geneticista Sérgio Danilo Pena, da UFMG. No fim das contas, um negro africano pode ser geneticamente mais parecido com um branco norueguês que com seu vizinho, também negro. Por isso, a maioria dos cientistas defende que o conceito de “raça” (um grupo que compartilharia características físicas e composição genética) simplesmente não existe. Definir inteligência também é complicado: além do raciocínio lógico, há outras características, como a capacidade musical, que também podem ser consideradas como inteligência [...]

O referido artigo só fortalece a concepção de que a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, se estabelece em meio a muitas afirmações e contradições algumas delas mostradas pela revista eletrônica Vestibular Brasil Escola que diz

Essa lei nunca foi unânime entre os brasileiros. Várias críticas surgiram antes mesmo de sua aprovação, principalmente porque ela não veio acompanhada de nenhum plano para melhorar a educação básica. Até mesmo estudantes de escolas públicas reclamam que não querem as cotas, mas sim uma educação pública de qualidade. Em algumas capitais houve protestos de alunos de colégios particulares. A Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) chegou a afirmar que entraria na Justiça contra a lei.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do conjunto das palavras mais enfatizadas nas respostas dadas pelos informantes permite identificar as palavras “*reparação histórica*”, “*capacidade*” e “*discriminação*”, “*educação*” e “*preconceito*”, como aquelas às quais foram atribuídas mais ênfase. Em seguida, aparecem as seguintes palavras: “*igualdade*”, “*desigualdade*” e “*direito*”.

É importante enfatizar que o sistema de cotas foi criado para acelerar o processo de inclusão social do negro no ensino superior, na tentativa de maximizar as chances de igualdade em relação a outros grupos privilegiados tanto socialmente como economicamente,

principalmente para aqueles que foram vítimas de discriminação e de exclusão. Kabengele Munanga (1996) considera o sistema de cotas raciais um mecanismo de mudança para reverter o processo de exclusão dos negros(as) no acesso à educação.

É notório, portanto, que a discriminação racial e o preconceito no Brasil são bastante particulares e precisam ser vistos com atenção. Nas palavras de Cavalleiro (2000, p.25), “o preconceito está presente na sociedade brasileira, no cotidiano dos indivíduos, e é altamente prejudicial para a população negra, tanto nas relações sociais (famílias, escolas, trabalho, etc.), quanto nos meios de comunicação.”

As cotas para negros nas Universidades Públicas foram definidas na opinião dos entrevistados de forma razoavelmente equilibrada nas posições a favor X contra. Nesse sentido, pelos respondentes que se posicionaram contra, as cotas raciais foram vistas como uma forma de discriminação e preconceito como mostra a fala dos entrevistados a seguir: (...) uma maneira de discriminar não só os negros, mas também os brancos, acabando por ferir o nosso princípio de igualdade; (...) para mim é reforçar um comportamento discriminatório; (...) as cotas só reforçam ainda mais o preconceito; é um comportamento discriminatório; (...) eu acho que essas cotas não deveriam existir, porque discrimina mais ainda; (...) é uma discriminação contra a população em geral, uma forma de criar segregação racial; (...) isso faz com eles mesmos se autodiscriminem, pois os próprios negros se discriminam pela cor de sua pele; (...) iguais condições sem discriminação, pois somos todos iguais e merecemos igualdade em tudo; (...) a discriminação étnico racial começa nesse momento; (...) cotas deveriam existir para quem frequenta escola pública, não só para negro, isto acaba sendo mais discriminatório ainda; (...) as cotas são uma forma de discriminação, preconceito, pois eles são inteligentes tanto quanto; (...) cota significa que a pessoa não tem capacidade, que precisa estar entre um grupo seletivo para poder cursar uma universidade; (...) desqualifica mais ainda o negro, acho preconceituoso; (...) a princípio parece que reforça a condição de afrodescendentes no país, de discriminação, vítimas de preconceito, condições socioeconômicas desfavoráveis; (...) em minha opinião essa cota para negros é a principal característica de preconceito; (...) essa cota é injusta para nós brancos, e nesse caso o preconceito também nos afeta; (...) a política de cotas também é uma atitude preconceituosa e equivocada; (...) passa a ser um preconceito, pois já vi muito negro em escola particular e bem de situação financeira; (...).

Com base nessas considerações, chegamos a uma síntese representativa para este grupo de respondentes que se posicionaram contra as cotas raciais da seguinte forma: as cotas

raciais no Vestibular das Universidades Públicas podem ser vistas como uma forma de *discriminação* e de evidenciar ainda mais a *desigualdade* dessas pessoas, ferindo o princípio de *igualdade* em que todos são iguais em direitos e obrigações perante a lei, tendo como características marcantes o *preconceito*, a *segregação racial*, levando em considerações que *todos, independentemente de sua cor e raça, devem ter* condições de *igualdade*, competências, *capacidade* e liberdade de expressão e *oportunidades*.

Nesse contexto, as cotas para negros no Vestibular das Universidades Públicas têm sido concretamente uma ação afirmativa, que, para os entrevistados que se posicionaram contrários, muito bem se identifica com os elementos mais significativos, da representação social acima.

Por outro viés, para o grupo de entrevistados que se posicionaram a favor, as cotas para negros no Vestibular das Universidades Públicas têm sido concretamente uma ação afirmativa elaborada para reparar as injustiças, como bem mostra algumas falas dos entrevistados a seguir: (...) é uma tentativa do governo de 'indenizar' tal grupo étnico-social pelo aspecto histórico-social que o mesmo foi fruto; (...) para além da reparação histórica das seqüelas causadas por séculos de um sistema escravagista, representa instrumento de promoção social, de combate à desigualdade e equilibração na balança de oportunidades sociais e educacionais; (...) as cotas vêm para retratar essa diferença e igualá-los socialmente e então quando essa diferença gritante baixar e nivelar-se com a dos brancos, as cotas raciais, já não serão mais necessárias; (...) reparação histórica e exclusão de oportunidades.

Como afirma Munanga, as cotas, sob essa perspectiva, é “um instrumento ou caminho, entre tantos, a serem incrementados para acelerar as mudanças de um quadro injusto em que se encontra a população negra”.

Dessa forma, chegamos a síntese conclusiva dos respondentes que se posicionaram a favor das cotas raciais da seguinte forma: as cotas raciais no Vestibular das Universidades Públicas podem ser vistas como um *importante* instrumento ou mecanismo de *justiça*, *reparação e equidade social*; como uma forma de *inclusão*, *ajuda*, e *democratização*, dando aos negros *igualdades* de oportunidade educacionalmente, para resgatar a sua *cidadania* e promover o acesso às universidades públicas, de forma a permitir-lhes atuar na sociedade de forma *democrática* e *inclusiva*, com respeito, dignidade e *igualdade*.

Continuando o debate conclusivo, podemos afirmar que as universidades públicas brasileiras representam um espaço de disputas da população brasileira, talvez em virtude de sua qualidade. É importante frisar, porém, que não temos bases científicas para fazer essa afirmação com relação à educação básica pública, muito pelo contrário. Mas talvez seja

devido à qualidade do ensino oferecido em escolas públicas que a classe média tende a colocar seus filhos na escola privada na educação básica e, depois, colocá-los em disputa por uma vaga no ensino superior público.

O governo brasileiro, por sua vez, ao aceitar as reivindicações dos movimentos sociais organizados, especialmente o movimento negro, está indo ao encontro aos anseios da maioria da população brasileira, oportunizando aos grupos sociais e etnicamente vulneráveis as condições básicas para enfrentarem as desigualdades sociais.

Discutir o princípio da igualdade, previsto no art. 5º da Constituição Federal, é tarefa complexa, uma vez que precisamos encontrar respostas que permitam transformar esse princípio em realidade, pois são vários os fatores que interferem nesse contexto, como a exclusão, preconceito, discriminação, injustiça social, desigualdade, opressão, entre outros. No entanto, é possível superar todos esses entraves, formular ações, propor estratégias e políticas educacionais que estudem uma melhor forma para construção de uma sociedade mais justa embasada em valores morais de igualdade, ética, emancipação, libertação, justiça, bem-estar, políticas públicas comprometidas com o combate ao preconceito e racismo ainda existentes no Brasil. Nesse contexto, percebe-se ainda um longo caminho a ser percorrido em busca de uma educação inclusiva e de qualidade para toda população brasileira.

Referências

AQUINO, Mirian. (Org.). **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

BRASIL. **LEI 10.639/2003**. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2000.

DURKHEIM, Emile. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Alfredo. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2004.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

JORNAL NEGRA VOZ. In. **Ações afirmativas**. Abril-Maio/2003, n.33, p.5.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

_____. **A inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LESME, Adriano. LEI DAS COTAS. Disponível em: <<http://vestibular.brasilecola.com/cotas/lei-das-cotas.htm>>, Acessado em: 04 de novembro de 2013.

MACÊDO, Márcia Andréa Durão de. **Cotas raciais nas universidades brasileiras. Legalização da discriminação.** Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2263, 11 set. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13491>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais. 2ª Edição Petrópolis: Vozes, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **O anti-racismo no Brasil.** In: _____ Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, 1996.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo: Ática, 1986. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnicas - Raciais, Brasília: SECAD, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral. Resolução 2106 – A (XX) de 21 de dezembro de 1965, ratificada pelo Brasil 27 de março de 1968. **Convenção para eliminação da discriminação racial.** Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimi.htm>. Acesso em: 26 out. 2011.

SCHNEIDER, Daniel. Brancos são mais inteligentes que negros?. Revista Superinteressante, editora: Abril, 2007. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/brancos-sao-mais-inteligentes-negros-447339.shtml>>, acessado em: 04 de novembro de 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural dos direitos humanos.** In. Lua Nova. Revista de Cultura e Política. n.º.39, p.105-124. São Paulo: CEDEC, 1997.

SEGREGAÇÃO (SOCIOLOGIA). In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível na <[http://www.infopedia.pt/\\$segregacao-\(sociologia\)](http://www.infopedia.pt/$segregacao-(sociologia))>. Acessado em: 04 de novembro de 2013.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça.** São Paulo, Martins Fontes, 2000.